

ENTRE MUNDOS: as espacialidades nas e das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia – BR)

SANTOS, Avacir Gomes dos;
ALMEIDA, Maria Geralda de
IESA/UFG - Brasil

Sou a matéria mole que vem procurar proteção em todas as formas duras, que vem, no interior de todo objeto, usufruir a consciência de estar protegido. (Bachelard, 2003)

Resumo

As ordenações espaciais impostas em função do capital provocaram e provocam o apagamento, isolamento e invisibilidade histórica das comunidades ribeirinhas amazônicas, as quais no início da ocupação territorial serviram ao Estado brasileiro como “guardiãs” das fronteiras e na atualidade são apontadas, pelos programas desenvolvimentistas, como empecilhos ao progresso da região amazônica. Frente à invisibilidade “montada” esse grupo cultural se vê dividido entre o mundo da “natureza” (rios e florestas), ameaçado e, o mundo urbano, indicador de vida próspera. Com base nessa dinamicidade espacial buscamos compreender como as comunidades ribeirinhas recriam suas espacialidades na mediação das vivências e representações, que contribuem para produção e reprodução do espaço. Caminhantes entre mundos: o mundo das águas e o mundo da várzea, as comunidades ribeirinhas se constituem portadoras de *culturas desviantes*, ao recriarem configurações espaciais que fogem a lógica do valor de uso, prevalecente na sociedade capitalista. Os ribeirinhos são seres viventes *entre mundos*. Ordenam o cotidiano entre tempos: o tempo das chuvas e o tempo da estiagem; recriam o poético pela intercessão dos mundos imaginários: seres das águas e os seres da floresta; dinamizam as práticas sociais entre mundos da heterotopia e da isotopia. As táticas e práticas do espaço vivido, quanto apropriação e uso, presentes nas comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia – Brasil) será analisada por intermédio da *hermenêutica dupla*, compreendida como instrumento de apreensão da realidade que capta a totalidade dos fenômenos e fatos, na unidade entre signo, significado e significante, domínio e apropriação, razão e emoção, lugar e não-lugar, e demais dicotomias espaciais pensadas e instituídas pela razão iluminista de forma fragmentada. Sem a pretensão de estabelecer verdades universais, mas com o intuito de abrir novas possibilidades interpretativas recorreremos a *abordagem cultural* na geografia, por consideramos, que na dimensão vivencial o espaço pode ser interpretado por meio das *práticas desviantes*. Esperamos como resultado deste ensaio corroborar a importância da abordagem cultural como metodologia interpretativa. Ela possibilita pensar a complexidade e simplicidade da vida ribeirinha na mediação entre síntese totalizante da produção e reprodução do espaço e práticas espaciais, reconfiguradoras das concepções de mundo e expressas nas *culturas desviantes* experienciadas entre o lugar, cotidiano e espaço vivido.

Palavras-chaves: espaço percebido, concebido e vivido; *práticas e culturas desviantes* e hermenêutica dupla.

Introdução

As ordenações impostas em função do domínio espacial e em detrimento a apropriação vivenciada pelas comunidades ribeirinhas amazônicas, provocam o apagamento histórico deste grupo social. Esse apagamento é a negação dos sujeitos sociais que por apresentam uma forma de *cultura desviante* do sistema central são considerados como empecilho ao desenvolvimento do país e da Amazônia.

A caracterização dos povos da floresta como empecilho ao desenvolvimento, tem como propósito a defesa de um novo projeto para Amazônia. Esta deixa de ser concebida como *fronteira móvel* (Becker, 2007). A ocupação humana da Amazônia já foi esgotada. Agora é preciso retirar o empecilho humano da floresta, para dar lugar ao gado, a soja, a usina e estradas, rodovias e hidrovias a fim de executar a circulação e escoamento dos produtos.

Apesar do arcabouço teórico, legal e institucional, elaborado a partir dos projetos de ocupação, colonização e desenvolvimento da Amazônia, podemos aferir que esses não foram idealizados com o propósito maior de beneficiar os pequenos agricultores, as famílias pobres, os ribeirinhos, os caboclos, os extrativistas, os quilombolas. Eles foram pensados desde a gênese para atender os interesses do capital. No terceiro milênio esta lógica se perpetua.

Nesse contexto, o ribeirinho colono, o agricultor, o camponês, o seringueiro são os que, no passado derrubaram a mata, abriram picadas, sofrem as intempéries da natureza, entram em conflitos com os grupos indígenas, morrem de malária e outras doenças endêmicas. Abandonados no meio da mata não tiveram acesso as conquistas sociais. Iludidos pela propaganda governamental e forçados pelas mazelas sociais, os pequenos agricultores se endividaram com o banco e perderam a posse da terra. Foram obrigados a vender ou abandonar a terra. Migraram para cidades e aumentaram as levas de marginalizados urbanos. Eis que chega o grande empresário; e a terra “mãe gentil” está pronta a ser usurpada pelo capital em nome do bem comum.

O conceito fundante deste ensaio é o *espaço social*, produzido, recriado, reproduzido, configurado e reconfigurado por meio das relações constituídas no espaço percebido, concebido e vivido. As categorias empregadas na análise dessas representações sociais são as seguintes: *cultura desviante* (idéia em gestação); estratégias, táticas e cotidiano (Certeau); lugar e não-lugar, heterotopia e isotopia, forma e conteúdo (Lefebvre); devaneio e poíesis (Bachelard); signos, significados e significantes (Sahr). Pela mediação da abordagem cultural compreendemos essas categorias geográficas como complementares, elas se constituem dialeticamente, se interligam e se emaranham na trama cotidiana por meio do valor de troca e uso, que torna o espaço uma mercadoria valiosa, apropriada pelos sujeitos sociais, como elemento primeiro da sobrevivência e perpetuação da espécie.

Para compreensão das *espacialidades desviantes* das comunidades ribeirinhas apresentamos, para início de conversa, as estratégias empregadas pelos projetos de colonização do Estado de Rondônia, como forma de desviar a atenção dos conflitos sociais por meio da construção de um novo estado que absorvesse a massa de excluídos das regiões brasileiras. Em seguida caracterizamos geográfica e culturalmente as comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé, sujeitos sociais desta pesquisa, considerados como portadores de *culturas desviantes*. As espacialidades fundantes do modo de viver dos ribeirinhos são analisadas no terceiro momento por meio de leituras geográficas pontuadas como possíveis formas de concepções desse grupo cultural. Por fim, propomos como instrumento de interpretação das práticas desviantes das culturas ribeirinhas a *hermenêutica dupla*, com base na abordagem cultural que busca captar as espacialidades no modo de viver dos grupos humanos.

As espacialidades das comunidades ribeirinhas implicam em *práticas culturais desviantes*, estudá-las leva ao entendimento da organização espacial como elemento constitutivo das relações sociais que os grupos humanos estabelecem entre si e com a natureza pela mediação de vivências e representações espaciais não totalizantes. Compreendê-las, eis o nosso desafio enquanto geógrafos culturais.

I - Projetos de colonização de Rondônia: estratégias desviantes de poder

Na Amazônia o processo de colonização não ocorreu de forma homogênea e unificada em todo território. Diferenciações tanto espaciais quanto temporais resultaram de interesses econômicos sociais específicos. Quando se trata do aspecto cultural, existe, no entanto, a tendência a generalizações como se o espaço amazônico se constituísse indivisível. As peculiaridades da região são apontadas por Loureiro,

Desde o fim da década de 60, têm-se assistido na Amazônia a uma progressiva quebra da “bela harmonia” das relações dos homens entre si e com a natureza [...]. O Estado do Amapá, de Roraima e do Acre, vivem ainda no campo cultural representativo da predominância dessa prática do devaneio. O Estado de Rondônia, entretanto, já estaria quase comprometido, face à incidência do processo de devastação das matas pelas madeiras e à intensa migração das pessoas vindas do Sul do Brasil. Os primeiros mantêm-se, ainda, como exemplos de uma cultura marcada pela dominante de um imaginário poético, estetizador. (1995, p. 107).

Uma análise mais apurada das organizações e representações revelará o emaranhado das espacialidades rondonienses. Por exemplo, a diferença entre seringueiro e soldado da borracha, em relação à floresta é apresentada por Silva: “a primeira idéia que se tem é a de considerar que os seringueiros são todos iguais enquanto categoria” (2000, p. 74). O seringueiro amazônida e o soldado da borracha possuíam concepções diferentes de natureza. Para o primeiro a floresta era o ethos da existência. Para o segundo a mata representou o não-lugar, o espaço da desterritorialização. O caos a ser ordenado.

No segundo período de colonização, o *boom* da migração rondoniense, formada pela vinda de sulistas, outras concepções e representações espaciais serão construídas. De acordo com Amaral (1994, p. 86),

As relações entre os diferentes sujeitos, no caso o seringueiro e o colono, com relação à natureza, obviamente vão ser diferentes. Isto porque o sistema de classificar e valorizar a natureza é própria de cada sujeito ou grupo presente no processo. Para o primeiro, o fundamental é a floresta virgem, o “mato”, já o segundo vai priorizar o campo, a terra “limpa”.

O processo de colonização no último período será intensificado pelas levas de agricultores que, expulsos da terra devido à concentração latifundiária no sul e sudeste do país, foram “empurrados” a Rondônia, em busca da Canaã prometida. Com o propósito de *desviar* e amenizar a atenção dos conflitos pela terra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implementou no Estado projetos de colonização (nas décadas de 1970/80) e mais recentemente (entre final de 1990 e início de 2000) os projetos de assentamentos, a fim de fixar no campo os pequenos agricultores.

Os vários projetos de colonização resultaram em múltiplas formas de ocupação, relação e representação da natureza tanto dos migrantes, quanto das comunidades “tradicionais” de Rondônia. Os projetos mais recentes como FURNAS, as hidrelétricas do Rio Madeira (Metas do PAC) e o financiamento do agronegócio, (concentração da soja no sul do estado), são institucionalizados pelo poder público e justificados pela retórica dos antigos programas de colonização: o desenvolvimento do Estado.

O sonho do enriquecimento fácil ainda move a migração para Rondônia. Neste sentido a floresta é vista como espaço de exploração, dominação, domesticação. As comunidades que vivem *na* e *da* floresta são tratadas como empecilho a ser vencido em prol do progresso. Para Loureiro (1995, p. 107), “a devastação da floresta constitui-se num dos mais graves prenúncios de modificação nesse ethos cultural”.

Em Rondônia as diferentes formas de ocupação territorial se constituíram em múltiplas espacialidades. Segundo Wagner e Mikesel, “uma cultura passa a se difundir quando os que as compartilham se deslocam, ou quando sua correspondente esfera de comunicação, e os símbolos aí incluídos, prevalecem sobre os de outras culturas em novos territórios”. (2000, p. 115).

Nesse sentido procuramos compreender como as comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé, frente ao emaranhado de concepções de mundo, resignificam, recriam, reorganizam e reconfiguram as espacialidades por meio das representações do espaço: percebido, vivido e concebido e são capazes de constituírem *culturas desviantes*.

II - As comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé: *espacialidades desviantes*

O Rio Guaporé, localizado no Estado de Rondônia, nasce na Chapada dos Parecis no Mato Grosso (Brasil), corre no sentido noroeste, entre Brasil e Bolívia e deságua no Rio Mamoré (Rondônia - BR). O Guaporé possui 1.530 km de extensão, é navegável em quase todo percurso. Os principais afluentes do Guaporé são os rios: Cabixi, Mequéns, Rio Branco e São Miguel.

Desde a formação do Território do Guaporé, até dias atuais o Rio Guaporé é de importância significativa para questões de ordem econômica, social cultural, ambiental, geográfica e territorial. Ao longo de suas margens foram implantadas as primeiras estruturas ocidentais que definiram as bases da ocupação colonial das terras de Rondônia e do Mato Grosso.

O Vale do Guaporé abrange a área localizada na porção sul/sudoeste do Estado de Rondônia. São treze os municípios distribuídos ao longo de sua planície: Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta, Alvorada d'Oeste, Primavera, Cerejeiras, São Felipe, Alto Alegre, Pimenteiras, São Miguel do Guaporé, Parecis, Seringueiras e Cabixi.

Aproximadamente 250.000 pessoas habitam a região guaporeana. A maioria formada por migrantes que chegaram em Rondônia entre 1970/90, para formação das fronteiras agro-pastoris; caboclos ribeirinhos, descendentes de nordestinos; amazônidas, remanescentes dos ciclos da borracha; negros quilombolas, trazidos à região pelos espanhóis e portugueses como força de trabalho escravo; grupos indígenas e povos bolivianos. Essa diversidade torna a região área riquíssima para pesquisas relacionadas à cultura, território e espacialidades geográficas.

No Vale do Guaporé estão as poucas construções remanescentes da ocupação portuguesa. O vale guaporeano abriga monumentos históricos: o Real Forte Príncipe da Beira e o Fortim da Conceição. Marcos da opulência da região durante o período colonial. Na atualidade seu inegável valor está na existência de sítios arqueológicos e da

Reserva Biológica Nacional do Guaporé¹, reserva indígena composta em torno de 300 indígenas de 10 etnias diferentes. Entre eles os últimos remanescentes do grupo indígena Guaporé.

Rondônia, até meados de 1970, possuía uma economia centrada na extração da borracha, castanha, ouro e cassiterita. Na década de 1980, com a abertura da rodovia BR 429, a região guaporeana passou por considerável aumento demográfico. A economia de cunho extrativista (vegetal e pesqueiro) se modifica em função das novas formas de produção (agropecuária e agroindústria). A organização fundiária foi alterada e aos extensos seringais e castanhais foram sobrepostos projetos rurais. A região ampliou o potencial econômico, se tornou produtora bovina e agrícola (café, inhame, arroz, coco, mandioca) aliadas ao extrativismo.

No que diz respeito à riqueza biológica o Vale do Guaporé compreende importante acervo natural, é constituído por área de preservação ambiental e num corredor ecológico, conforme o Zoneamento Socioambiental e Ecológico do Estado de Rondônia. Suas terras abrigam a sub-bacia do Guaporé, que abrange uma planície riquíssima de ecossistemas: florestas ombrófilas, campos alagadiços, floresta amazônica, regiões de cerrados e pantanal mato-grossense.

A diversidade de agrupamentos humanos nas planícies do Vale do Guaporé formam as singularidades das culturas locais, marcadas pelo interstício das manifestações culturais dos índios, negros e caboclos. Essa dinamicidade é constatada verificada na Festa do Divino. No contexto das populações mais antigas predomina traços culturais, como as práticas do teatro jesuítico na comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé.

As comunidades indígenas, caboclas, ribeirinhas, bolivianas e quilombolas se relacionam no processo de criação e reprodução do seu *modo de vida*. Nesse entrecruzamento humano as culturas são intercambiadas, se mesclam, se superpõem, renascem e se revigoram constantemente. As vivências entre mundos: águas e florestas; povos e culturas constituem a maior riqueza do Vale do Guaporé. Navegar por essas águas límpidas, turvas, tumultuadas, acalentadoras é desafio e devir.

A formação dos agrupamentos denominados “ribeirinhos” está relacionada à história da Amazônia, no transcorrer do século XIX. Em 1877, levas de migrantes nordestinos foram “recrutadas” por seringalistas para áreas de seringais às margens dos rios Amazonas: Negro, Madeira, Abunã, Ji-Paraná, Acre, Mamoré, Purus e Guaporé. Nesse primeiro momento a ocupação da região será organizada das margens dos rios, para em seguida, se direcionar rumo a floresta. Esse movimento de ocupação da margem/centro foi motivado pela presença de indígenas “hostis”. O final da Segunda Guerra provoca a decadência dos seringais. As comunidades formadas ao longo dos rios são esquecidas em detrimento da consolidação dos espaços urbanos.

Segundo o Dicionário Aurélio, ribeirinho “é o indivíduo que se encontra ou vive próximo aos rios ou ribeiras”. Mas que designação semântica o ser ribeirinho compreende a cultura entre mundos, organizada na relação proximal com a natureza, nos espaços recriados entre o rio e terra firme. No decorrer de um século de apropriação do espaço, entre as margens dos rios e floresta, o ribeirinho recriou espacialidades marcadas por vivências desviantes da lógica espacial ordenadora da cidade urbana.

O rio é o elemento fundante das espacialidades na vida ribeirinha. Ele é fonte de sobrevivência. Dele os ribeirinhos retiram o principal alimento. O pescado pode ser comercializado ou utilizado na troca de mercadorias de primeira necessidade. A plantação (roçado) e criação de animais são atividades econômicas secundárias.

¹ Sua demarcação, em 1994, definiu uma extensão de 115.796 hectares para a reserva.

Além da sobrevivência o rio garante a mobilidade. Pelo rio, o pescado é levado à cidade; mercadorias das cidades chegam a comunidade; pessoas se deslocam. Mas que separação, ele é espaço de união, encontro, desencontro e reencontro. O rio é espaço dos devanios, sonhos e significados da vida. O rio é elemento poético. Dele surgem as lendas, mitos, histórias, causos. Ele se constitui fonte socializadora entre as gerações.

Os ciclos da natureza, representados pelas cheias do rio, influem diretamente na dinâmica espacial das comunidades ribeirinhas. As casas de palafitas vão recuando da margem do rio. A reorganização espacial de casas, plantações e criações no período da seca é realizada como forma da comunidade se preparar para o tempo das cheias. Neste tempo, o rio leva tudo o que encontra pela frente. O rio é repleto de significados. Elemento da vida, destruição, encontro, descontro, sonhos e vivências.

Frente essas configurações espaciais, caracterizadoras da vida ribeirinha, partimos do pressuposto que as comunidades beira rio se constituem em *culturas desviantes*, ao reorganizarem os arranjos espaciais por meio de lógicas de apropriação que fogem as concepções espaciais de controle e domínio do espaço imposto pelos grupos sociais dominantes.

III - Leituras geográficas: possíveis concepções das comunidades ribeirinhas

Os pressupostos contemplados no desenvolvimento deste ensaio, de nossa pesquisa sobre as comunidades ribeirinhas, são aqueles que consideram a inter-relação entre humano, natureza, sociedade, cultura, religião, imaginário e representações contidas nos espaços: percebido, concebido e vivido.

Nesse grupo selecionamos aportes teóricos que nos ajudarão a compreender o espaço geográfico como elemento fundante e aglutinador das próprias categorias: forma e conteúdo, história e tradição, domínio e apropriação, corte e sutura, estratégias e táticas, lugar e não-lugar, pertinência e recusa, significante e significado, inclusão e exclusão, presença e ausência, isotopia e heterotopia, desejo, devaneio e realidade.

A idéia do espaço como mediador entre forma e conteúdo foi defendido por Santos (1996). Para ele a forma garante visibilidade; o conteúdo é o aspecto revelador dos usos, significados que corroboram a materialidade do espaço. A tese de Santos é uma releitura das proposições de Lefebvre. Segundo este autor,

Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade entre forma e conteúdo. [...] A forma leva assim dupla “existência”. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e, no entanto separa-se deles Tem uma existência mental e uma existência social. (2001, p.87)

O espaço não é apriorístico, ele se revela por meios das disposições das formas. As formas são repletas de conteúdos, os quais correspondem as espacialidades vivenciadas na prática cotidiana dos grupos sociais. Qualquer proposta de separação forma-conteúdo incorre num equívoco epistemológico e analítico, o que redundaria em puro formalismo academicista.

Outros autores ampliaram a compreensão do espaço como *ser para si*. Segundo Gomes, “o espaço se concretiza por meio da: disposição física das coisas e práticas sociais que ali são vivenciadas” (2006, p. 38). O espaço possui dimensão física (elementos naturais), dimensão social (práticas constitutivas e constituintes dos arranjos e configurações espaciais) e dimensão simbólica (significados, sentidos, significantes, imaginários e representações culturais) inseparáveis. O espaço é amálgama dessas dimensões. Resulta da interdependência entre natureza humana e natureza física e desta sobre

humano, que por meio de significações expressa práticas de espacialidades. Essa relação simbiótica é captada por Almeida,

O espaço, além de ser produto das atividades humanas, tem múltiplas valorizações e caracteriza-se por atributos funcionais, estruturais e afetivos. Espaço pode ser, então, considerado como o lugar onde homens e mulheres, ideologicamente diferentes, procuram impor suas representações, suas práticas e seus interesses. Cada espaço, tornando-se social, está possuído de símbolos e afetividades atribuídos pelas pessoas. (2003, p. 71).

Com base nessas concepções é inadmissível pensar humano, espaço, tempo e natureza como realidades distintas. O indivíduo infere, cria, recria e interfere no espaço na mediação das relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Esta dispõe condições ao ser humano, as quais serão superadas por novas necessidades históricas. O espaço é construção social. Tal paradigma implica concebê-lo em múltiplas configurações: econômicas, sociais, físicas, religiosas, imaginárias (sonhos, devires e desejos), simbólicas, culturais, históricas e sociais.

O espaço como construção, não se resume ao planejado e determinado pelo poder hegemônico. Para além dessas percepções o espaço é repleto de possibilidades e recriações contidas nas vivências humanas. De acordo com Frémont, o espaço enquanto criação: “supõe que ao domínio das limitações matérias se venha juntar o poder de dar vida a uma obra. Esta via difícil tende a substituir o ordenamento do espaço por uma arte do espaço. Pelo menos a acrescentar uma a outra” (1980, p. 251).

A compreensão do espaço social é contribuição de Lefebvre, no sentido de fazer avançar a teoria marxista que privilegiou as análises históricas, nas formulações dos modos de produção. Para Lefebvre o espaço é, assim como o trabalho e capital, também elemento fundante das relações econômicas produzidas historicamente. Ele é constituído em três níveis: percebido, o concebido e vivido. Eles estão interligados, no entanto cada um possui seu próprio conjunto de significados. De acordo com Sahr: “espaço percebido é vivenciado imediatamente e, às vezes, até fica sem interpretação cognitiva. Forma-se parcialmente contra as vontades dos moradores, baseado em linguagens impostas pelo próprio capitalismo”. (2007, p. 68).

Na dimensão percebido o espaço é o *locus* da negação, do não-lugar, coisificação, heterotopia e desgaste cotidiano. No espaço percebido as relações sociais são esquizofrênicas. A liberdade é vigiada e controlada pelas formas de espaciais determinantes de horários, espaços e ritmos do trabalho, alienado e alienante. Acorrentado pela formas do espaço percebido o ser humano nega a essência.

Na segunda dimensão, mas não separado da lógica do espaço percebido, se encontra o espaço concebido. Por meio deste se materializam as práticas de inclusão (isotopia) e exclusão (heterotopia). As ideologias resignificadas pelos planejadores urbanísticos: arquitetos, engenheiros, paisagistas e geógrafos convencem os indivíduos sobre os espaços de domínio e espaço “consumidos” coletivamente. De acordo com Lefebvre: “em verdade, o que o urbanismo acaba promovendo e legitimando é uma redução da vida urbana ao mínimo” (2004, p. 10).

Os planejadores do espaço definem as formas de circulação. Restringem locais, dias e horas onde se pode ou não entrar. Por intermédio das passarelas, viadutos, faixa de pedestres, corredores, escadas (tudo em nome da segurança!?), determinam o caminhar dos transeuntes. Os edifícios, arranhas céus, monumentos, praças, bosques e toda e qualquer forma de arranjo espacial são estratégias empregadas pelos grupos sociais hegemônicos no afã de vigiar, controlar e manter a ordenação espacial.

“Nenhuma lei é inteiramente geral é absoluta” (Lefebvre; 2001, p. 7). Em contraposição as estratégias espaciais resta aos andarilhos a utilização de táticas, que invertam a ordem estabelecida para consumo do espaço. É preciso não andar na passarela e criar *caminhos desviantes* e corporificar espaços proibidos. Essa *capacidade desviante* e inventiva dos sujeitos andantes é aprofundada por Certeau (2001). Apesar das estratégias de controle espacial o homem comum é inventivo, criativo e *bricoleiro*. Existem, para Certeau (2001, p. 79),

Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nesses estratagemas de combatentes existe uma arte de golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras do espaço opressor.

O homem ordinário por meio das práticas cotidianas: fazer, andar, falar, vestir, comer, trabalhar, conversar, *práticas desviantes*, inventa formas de apropriação dos espaços interditos, novos objetos e ações que não foram pensadas e, portanto não podem ser controladas. O que a geografia, a sociologia e a história entendiam como alienação passa a ser percebido como inventividade, criatividade e formas de resistências.

Ao andar pelas cidades, caminhar pelas ruas, avenidas, praças ou bulevares, espaços institucionalizados, o caminhante recria traçados espaciais que fogem a lógica disciplinar. A “retórica pedestre” (Certeau, 2001) se encontra revestida de práticas sociais apesar da existência dos espaços disciplinares. Os movimentos corpóreos criam as espacialidades.

Lanches, jogos, fugas, resistências, inventividades, desvios resignificam as lógicas das segregações espaciais. Segundo Lefebvre no movimento dialético entre espaço percebido e concebido é recriado o espaço vivido. Este representa de acordo com Sahr (2007; p. 69),

[...] uma linha de fuga, em espaço utópico-agenciador, “imaginado” [...], no qual se encontra a função conscientizadora e um grande potencial de resistência. Trata-se de um tipo de espaço onde os moradores podem desenvolver uma linguagem não-alienadora (analítica ou não) que os permitem exprimir e viver os seus verdadeiros anseios.

Não existe a *priori* um local que possa ser indicado, exclusivamente, como espaço percebido, concebido e vivido. Este não fica na casa ou vizinhança, onde se estabelecem sentimentos topofílicos. O espaço é produzido, logo, ele não é definido por local X ou Y, mas por relações sociais. A fábrica comporta formas e conteúdos interligados aos três dimensões espaciais. A escola é simultaneamente espaço de alienação e libertação. A casa, nunca foi, exclusivamente, espaço harmônico, ela comporta relações de inclusão e exclusão. Cotidiano e lugar, no entanto, são considerados mais próximos ao espaço vivido.

O lugar e cotidiano são dialéticos. O cotidiano é tempo aprisionante do ser humano, mas também constitui a vitória da subjetividade, que ultrapassa a barreira das práticas repetitivas e se instala em práxis libertadora, a “práxis espacial” (Gottdiener, 1997). Esta ultrapassa o espaço coisificado e tempo alienado. Assim, o cotidiano é compreendido como espaço e tempo da cotidianidade. Martins (2000, p. 104) afirma,

Na cotidianidade, e não na vida cotidiana, há um alargamento do imaginário em detrimento da imaginação. A vida se torna um modo de vida marcado por uma sociabilidade teatral, pela representação (por fazer presente o ausente) e pela fabulação.

Cotidianidade, tempo e espaço vivido não se configuram conjunto alienado de conhecimentos e práticas destituídas de lógica, ao contrário, estão repletos de *significados* que exigem complexos deciframentos (*dupla hermenêutica*), a fim de se estabelecer às resignificações espaciais de determinada comunidade. A cotidianidade (vivência da totalidade no espaço vivido) comporta representações, complexos, símbolos, fabulações, significados, teatros, narrativas, imaginários, arquétipos, ficções, histórias, realidades e sonhos.

Cotidianidade e espacialidades são práticas sociais. Seus significados se materializam nas formas, repletas de conteúdos (símbolos, imaginários, devires, desejos, signos, significados e *poiésis*). Os conteúdos e formas inferem dialeticamente nas configurações espaciais. O desejo infere no espaço. De acordo com Lefebvre,

Aquilo que o desejo trama interfere e se entrelaça com as grades dos lugares e das palavras: o desejo de um com o desejo do outro, o desejo de ser desejado ou de se desejar e o desejo do desejo – as tramas do desejo com os lugares e os não-lugares, com o dito e o não-dito, com o impossível de dizer. O espaço está semeado de signos do permitido e do proibido. (1983, p.33).

O lugar, enquanto *locus* privilegiado das vivências espaciais está repleto de significações. Mas também o espaço percebido e espaço concebido. Signo, significado e significante são conteúdos do espaço. A produção dos sentidos é elemento de construto social. De acordo com Sahr (2007, p. 63),

[...] as interpretações (sentidos) dos signos reproduzem no espaço uma grande variabilidade de intenções e objetos existentes na sociedade. Mas esta variabilidade não significa que as relações sócio-sígnicas são aleatórias e livres. Ao contrário, elas são embutidas em contextos sociais claramente delimitados e localizadas em regiões sociais.

A busca do entendimento das práticas vivenciadas nos lugares passa pela compreensão de que o espaço não é transcendência, mas construção social. O espaço traz na sua manifestação primeira o selo da objetividade. Mas subjacente à forma se encontra a subjetividade, própria dos desejos, decisões e escolhas. A interdependência entre objetividade e subjetividade, forma e conteúdos, matéria e conhecimento, desejo realidade e sonho, signos e significados das práticas espaciais foi analisada por Bachelard. Para o filósofo da matéria: “antes de um espetáculo consciente, toda paisagem é um experiência onírica” (2002, p. 5).

As leituras de imagens, devaneios e *poiésis* são fundantes para compreensão do espaço vivido. Segundo Bachelard o espaço é uma criação poética. Esta não é captada pelas medidas e estimativas dos planejadores urbanísticos ou pelo pesquisador imbuído de cientificismo. O espaço é o indexador da lembrança, do imaginário e devaneio. Dos elementares, o mais propício aos devaneios é a água. Das águas, a maior inspiradora, de acordo com Bachelard é a do rio. O rio é matéria poética. A vivência com o rio, com as águas cria o sonhador. Assim foi com Bachelard,

Nasci numa região de riachos e rios, num canto da Champagne povoado de várzeas, no Vallage, assim chamado por causa do grande número de seus vales. A mais bela das moradas estaria para mim na cavidade de um pequeno vale, as margens da água corrente, a sombra curta do salgueiro e dos vimeiros. E quando outubro chegasse, com suas brumas sobre o rio. (1989, 8).

As margens dos rios criam poetas e sonhadores. As grandes civilizações surgiram também às margens dos rios: Nilo, Mediterrâneo, Mississipi, Grijalva, Reno. Várias cidades no Estado de Rondônia se desenvolvem a partir do caminho das águas: Porto Velho, Ji-paraná, Pimenta Bueno, Costa Marques, Guajará-Mirim. Para as comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé o rio, de águas multicoloridas, é o elemento unificador entre os mundos: real e sonhos. O rio, igarapé, poço, cachoeira são fontes de subsistência (material e imaginária) que sustentam a cotidianidade e sociabilidade das comunidades “tradicionalistas”. Segundo Loureiro,

Os rios na Amazônia constituem uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humanas excepcionais. O rio é o fator dominante, confere um ethos e um ritmo à vida da região. Dele depende a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e destruição da terra, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo. (1995, 121).

Que outro elementar se deixaria moldar mais que as águas dos rios amazônicos? A água povoa o imaginário humano. Ela cria significados dos entre mundos: vida e morte. A matéria água é una. Segundo Bachelard, “os regatos e os rios sonorizam com estranha fidelidade as paisagens mudas, que as águas ruidosas ensinam os pássaros e os homens a cantar, a falar, a repetir, que há, em suma, uma continuidade entre a palavra da água e a palavra humana” (2002, p. 17).

A água, o rio, são elementos fundantes da e na vida ribeirinha. Sobreviventes de entre mundos: o mundo das águas e mundo da várzea, essas comunidades se constituem em *culturas desviantes*. Cultura desviante é releitura da idéia de *retórica pedestre* apresentada por Certeau. Por meio das práticas de apropriação do espaço os caminhantes recriam lógicas que se desviam do controle imposto pelos grupos sociais dominantes. As culturas são organizadas por meios das táticas de apropriação espacial. Segundo Sahr (2007, p. 82)

Essas táticas representam “golpes” estabelecidos na teia material e relacional do sistema, ou de acordo com o autor (De Certeau), “movimentar-se no campo do inimigo”, que representa as fugas a normalidade imposta e a produção de agregações e territórios, no qual as afetividades desviantes possam se estabelecidas em comunidades.

As comunidades ribeirinhas formam *culturas desviantes*. Os sujeitos ribeirinhos recriam, reconfiguram, remodelam, redesenham o espaço a partir de espacialidades desviantes da lógica do espaço capitalista, materializado em projetos de colonização, que historicamente ignoram e eliminam a existência das comunidades “tradicionalistas”. Por meio do nosso desejo de adentrar os espaços entre mundos: domínio e apropriação, matéria e imagem, cotidiano e cotidianidade, lugar e não-lugar, heterotopia e isotopia, real e devaneio, signos e significados, forma e conteúdo do espaço concebemos as vivências espaciais das comunidades ribeirinhas como constituintes e constituídas de *culturas desviantes*.

IV- Hermenêutica dupla: possibilidade de análise das comunidades ribeirinhas

A análise do espaço percebido, concebido e vivido implica conseqüentemente a compreensão do próprio homem. Ao reorganizar o espaço e ser por ele “formado” o ser humano promove a continuidade da existência. A abordagem cultural na geografia, estudo das vivências e práticas espaciais, pode conduzir o entendimento das representações como materialidade, que recriam possibilidades tanto a manutenção quanto a transformação social, por meio do domínio do espaço ou da práxis espacial.

Pensar as espacialidades humanas na totalidade: ser e objeto, conteúdo e forma, material e imaginário, determinismos e possibilidades requer a apropriação de referenciais metodológicos que contemplem a unidade na diversidade. A busca da compreensão filosófica do método é mais que a enumeração e especificação de procedimentos realizáveis ao longo da pesquisa. Ela vem da reposta a questão, que o sábio Gato perguntaria antes de qualquer coisa ao pesquisador: “aonde você quer ir?”. Ora se o pesquisador não sabe qual o problema, quais as hipóteses, aonde quer chegar qualquer caminho, método ou metodologia lhe será útil.

Na concepção de Sposito, método é; “instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador” (2004, p. 23). Assim também acreditamos, então não temos método, mas métodos (no plural). Cada área da ciência tem método próprio de apreensão da realidade. O diferencial entre a multiplicidade de métodos são os dogmas, ideologias, teorias, leis, conceitos, categorias eleitas para a explicação ou compreensão da realidade.

Optamos por pensar o método enquanto instrumento apreender da realidade, considerada como unidade entre natureza: humana, social, “natural”, cultural, espacial e histórica. Esse método se caracteriza como uma das possibilidades de análise que capta a complexidade na totalidade. Para tanto, passamos a caracterizá-lo, conforme Sahr (2007) de *hermenêutica dupla*. A dupla hermenêutica é instrumento de apreensão da realidade que procura apreender a totalidade dos fenômenos na unidade entre signo, significado e significante, domínio e apropriação, razão e emoção, lugar e não-lugar. De acordo com Sahr: “fazer geografia expressa, conseqüentemente, uma ação dupla: a construção de um objeto científico e a compreensão do fazer geográfico cotidiano embutido no sentido comum [...] Dessa maneira, a reflexão científica se sobressai à cotidianidade numa hermenêutica dupla” (2007, p. 58).

Nesse sentido, para apreendermos os significados das vivências *entre mundos* das e nas comunidades ribeirinhas, a abordagem cultural aliada à *dupla hermenêutica*, nos aparecem no horizonte acadêmico como meio de interpretação capazes de auxiliar a busca de compreensão das espacialidades dos grupos sociais, organizados por meio de *práticas e culturas desviantes*.

Se partirmos do pressuposto que o exercício geográfico é um fazer *duplo*, que os grupos sociais possuem vivências cotidianas e práticas de cotidianidade, nosso caminho interpretativo não poderia ser diferente da opção da abordagem cultural e da *dupla hermenêutica*, que propõem captar as significações do pensar, fazer e viver nas duplicidades das espacialidades humanas. A *dupla hermenêutica* enquanto método de pesquisa se constitui na mediação entre mundos (espaços). Entre ciência e cotidiano; significado e significante; dimensão material do espaço e dimensão simbólica; reflexão sobre o espaço e experiência no espaço; liberdade e ação; determinismos e possibilidades; sujeito e objeto; forma e conteúdo, realidade e devaneios; sonhos e utopias formadores das especialidades humanas.

A abordagem cultural na geografia exige muito mais que a descrição dos lugares e modo de vida dos grupos sociais. Por isso, a proposta de aplicabilidade da *dupla*

hermenêutica parte da descrição e avança para realização de leitura e interpretação das espacialidades geográficas de forma radical, crítica e totalizante (Sposito, 2004).

Pensar a materialidade espacial é a primeira etapa da pesquisa e tem importância *sine qua non* para que outros atributos possam ser considerados. O espaço não é vazio, neutro ou harmônico. O espaço é totalidade construída socialmente. Ele se constitui *entre mundos*: ordem e desordem; rigidez e flexibilidade; heterotopias e isotopias; inclusão e exclusão; proibido e permitido; ruptura e sutura; continuidade e descontinuidade.

Sem a pretensão de estabelecer verdades universais, mas com o intuito de abrir novas possibilidades interpretativas a geografia humana recorreremos aos pressupostos da abordagem cultural para nosso estudo, por consideramos, que na sua dimensão vivencial o espaço pode ser percebido nas *marcas* das *espacialidades desviantes*, verdadeiras escritas espaciais. Como defende Gomes,

A análise geográfica deve examinar o espaço como um texto, onde formas são portadoras de significados e sentidos. Há, por assim dizer, uma “escrita” nesta distribuição das coisas no espaço. Em outros termos, o arranjo espacial das coisas é uma linguagem. Comunica, revela e organiza sentidos, estrutura ações, muda segundo os contextos, utiliza metáforas, metonímias, anacolutos, elipses e hipérboles. Há como uma linguagem na maneira pela qual as coisas estão postas no espaço, no fluxo de coerência que as une especialmente no sentido que as atravessa nas diferentes seqüências de elementos. (2006, p. 38).

A compreensão do espaço enquanto expressão de linguagens (subjetividades) tem relação direta com abordagem cultural e a *hermenêutica dupla*. Elas concebem as espacialidades como construções sustentadas em imagens, marcas e enunciações carregadas de signos e significados, os quais necessitem ser investigado nas suas dimensões mais profundas.

Os discursos sejam eles escritos, narrados ou marcados no espaço, na intermediação das *práticas desviantes*, possuem materialidade (suporte textual lingüístico e espacial) e sentidos recorrentes. O geógrafo cultural busca compreendê-lo para além das questões estruturais da lingüística. Ele considera também os aspectos geográficos, históricos, as condições de produção e a posição do sujeito no processo de produção, recepção e reprodução das práxis espaciais.

V- Conclusão

Na apresentação deste ensaio não temos axiomas conclusivos. Pontuamos apenas as possibilidades de leituras, análises e resultados de pesquisa, por meio do conceito espaço social (percebido, concebido e vivido) e categorias geográficas: cotidiano, lugar, culturas desviantes; e propomos a abordagem cultural e hermenêutica dupla como instrumentos interpretativos propícios à captura das complexidades e singularidades do modo de viver das comunidades ribeirinhas.

As comunidades ribeirinhas, frente à invisibilidade “forjada”, pelos órgãos institucionais, se vêem divididas entre o mundo da “natureza” e mundo urbano. No interstício desses espaços elas recriam *espacialidades desviantes*. A lógica desse processo é percebida nas materialidades de práticas sociais formadoras do espaço percebido, vivido e concebido. Caminhantes entre mundos elas se constituem

portadoras de *culturas desviantes*, ao recriarem configurações espaciais que fogem a lógica do valor de uso, prevalecente na sociedade capitalista.

Os ribeirinhos são seres vivos *entre mundos*. Vivem entre mundos: o mundo das águas e mundo da terra firme; ordenam o cotidiano entre tempos: o tempo das chuvas e tempo da estiagem; recriam o poético por meio dos mundos imaginários: seres das águas e seres da floresta; dinamizam as práticas sociais entre mundos de pertencimento: lugar e não-lugar.

Ao se apropriar do espaço o homem ordinário recria *lógicas desviantes* que fogem do controle institucionalizado pelos grupos hegemônicos. Se na ordenação urbana o espaço possui valor de troca (estipulado pela especulação imobiliária), para as comunidades ribeirinhas, com base nos laços de pertencimento, o espaço é apropriado por meio do valor de uso. Ele é vivencial e relacional.

O viver entre mundos dos ribeirinhos, a vivência de espacialidades desviantes são fenômenos possíveis de ser pesquisado pela geografia humana, em sua abordagem cultural, pois pensar e fazer geografia envolve uma ação dupla: construir o espaço geográfico e compreender as espacialidades humanas. Fazer geografia, sistematizar espacialidades geográficas, sintetizar culturas, compreender as lógicas dos espaços percebido, concebido e vivido é estar atento e predisposto aos múltiplos movimentos: pensar dialeticamente, a partir das proposições científicas, se (en)volver nas vivências cotidianas, práticas sociais e desviantes, retomar a análise sistematizada e compor a síntese reflexiva a fim de fazer aflorar a riqueza, complexidade e diversidade das espacialidades humanas, representadas por meio dos arranjos e configurações espaciais é ser geógrafo.

O espaço não é vazio, neutro ou harmônico. O espaço é totalidade construída socialmente. Ele se constitui, como as comunidades ribeirinhas e a geografia, *entre mundos*: ordem e desordem; rigidez e flexibilidade; inclusão e exclusão; proibido e permitido; ruptura e sutura; continuidade e descontinuidade. Querer ver o único, o igual, a parte, a forma, a matéria, o objeto, sem considerar a lei dos contrários é se perder nas tramas da pesquisa. As comunidades, os grupos sociais, os fenômenos naturais e os fatos sociais são múltiplos em seus significados. É preciso enxergá-los, percebê-los e compreendê-los pelo calidoscópio das vivências sociais e não pelo binóculo da ciência.

Esperamos como resultado desta pesquisa corroborar a importância da abordagem cultural como campo da geografia humana. Ela possibilita pensar a complexidade e simplicidade da vida ribeirinha por meio da síntese totalizante da produção e reprodução do espaço e das práticas de espacialidades, reconfiguradoras do mundo vivido, expressas em *práticas* e *culturas desviantes*. A abordagem cultural em geografia abre novas possibilidades de análises das espacialidades e do ser humano no espaço por ele criado e representado.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Em busca do poético do sertão**: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda e RATTI, Alessandro JP. (orgs) Geografia Culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

AMARAL, Jos

é Januário de Oliveira. **Terra virgem terra prostituta** (o processo de colonização agrícola em Rondônia). Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond,

2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia fin-de-siècle**: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: Explorações geográficas: percursos no fim do século. CASTRO, Iná Elias de e outros (org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1977.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Lógica formal e lógica dialética**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SILVA, Maria das G. Nascimento. **O espaço ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SANTOS, Nilton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAHR, Wolf-Dietrich. Signos e espaço mundos – a semiótica da espacialização na geografia cultural. In: KOZEL, Salette e outros (org.) **Da percepção e cognição a representação**: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A questão do método e a crítica do conhecimento**. Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

WAGNER, Pilip & MIKESELL, Marvin. **Temas da geografia cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAAHL, Zeny. Geografia cultural: um século (1). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.